

“Terra não se ganha, se conquista”: movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

Maria Laís dos Santos Leite*

Jáder Ferreira Leite**

Introdução

O presente texto objetiva discutir alguns elementos relativos aos movimentos sociais rurais no Brasil, especialmente a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Parece-nos oportuno eleger essa temática notadamente no cenário sociopolítico que temos vivenciado no País nos últimos anos com retrocessos na conquista e garantia de direitos e tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Para tanto, apresentamos tais questões a partir da sistematização em duas seções: a primeira dedica-se a discutir brevemente os movimentos sociais rurais no Brasil enquanto uma rede de atores coletivos e a segunda em que tratamos de modo específico as experiências do MST – um dos mais representativos movimentos sociais do Brasil e da América Latina – em torno da construção do discurso agroecológico e da participação das mulheres no âmbito do movimento.

Os movimentos sociais rurais no Brasil

As lutas sociais no Brasil, tanto urbanas como rurais, ocorrem num contexto de grandes transformações socioeconômicas. A década de 1950 marca um intenso processo de industrialização, o qual se estende ao meio rural, a partir dos anos 60. De um lado, a industrialização toma corpo, e o setor desenvolve-se rapidamente; do outro,

* Doutora em Psicologia (2018-2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Integrante do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, Políticas públicas e Contextos de vulnerabilidade (PPGPSI - UFRN/CNPq). Membro do grupo Impulsor e integrante da Coordenação de Comunicação da *Red Latinoamericana de Psicologia Rural - RedPsiRural*.

E-mail: mlaisleite@gmail.com

** Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com atuação na graduação e pós-graduação (orientações de mestrado e doutorado). Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) para o biênio 2021/2022. Integrante da *Red Latinoamericana de Psicologia Rural - RedPsiRural*.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

o setor rural, paralelamente a sua modernização, expulsa uma parte considerável da população (Anita BRUMER, 2009).

É no bojo deste processo acima mencionado que se inicia a construção do que atualmente chamamos de movimentos sociais rurais. Compreendemos com base em Sérgio Silva (2000) citado por Jáder Leite (2003) que os movimentos sociais podem ser tidos como atores e atrizes que atuam no campo político e de relações políticas, no entanto fora do sistema político oficial como é o caso das instituições político-partidárias.

Melluci (1999) como citado por Silva (2000) destaca que a forma de agregação e organização social dos movimentos cria uma função de sociabilidade e de participação em que os movimentos sociais são vistos como sistemas de ações, que atuam num campo de possibilidades e delimites, configurando sua forma de mobilização como ponto crítico de observação dentro da sociedade. Desse modo, a maneira como os atores constituem suas ações é definida pela ligação real entre orientações objetivas, oportunidades objetivas e coerções sistêmicas no campo social.

Outra possibilidade de compreensão dos movimentos sociais rurais se dá em função do caráter de atuação sob a forma de redes interorganizacionais e pluritemáticas (Ilse SCHERER-WARREN, 2007). Para a autora, o alcance político e a capacidade mobilizatória de um movimento estruturado em rede relacionam-se com sua competência e criatividade em articular as várias escalas organizacionais – do local ao regional, ao nacional e ao transnacional.

Tendo como foco também a análise dos atores inseridos nos movimentos sociais do campo, Anita Brumer (2009) dá ênfase na análise dos interesses entre os diferentes grupos envolvidos nas lutas sociais. No contexto dos movimentos sociais deste segmento a autora distingue dois interesses que para ela se destacam nessa conjuntura: as lutas pela terra e as mobilizações visando a melhoria dos preços dos produtos agrícolas.

Os atores das lutas pela terra são os sem-terra: parceiros(as), posseiros(as) ou filhos(as) de pequenos(as) proprietários(as) agrícolas, trabalhadores(as) assalariados(as). São apoiados principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas lideranças de alguns sindicatos de trabalhadores(as) rurais nas áreas de conflito, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). As lutas por preços dos produtos são promovidas por pequenos(as) produtores(as), aliados, algumas vezes, como no caso da soja, a médios e grandes produtores(as); são apoiadas, e geralmente incentivadas, pelas cooperativas e sindicatos de

trabalhadores(as) rurais. É preciso ressaltar que as lutas bem-sucedidas pela terra, de que resultou a conquista da terra pelos trabalhadores(as) envolvidos, colocam uma questão adicional.

Esses(as) trabalhadores(as) deixam de ser sem-terra e, mesmo que continuem vinculados ao MST e apoiados por ele, passam a ter que resolver problemas, tais como sua instalação numa nova área, obtenção de crédito, adoção de determinadas técnicas produtivas e busca de mercados para seus produtos, e a ter interesses pelos preços dos produtos a serem comercializados e dos insumos a serem adquiridos, entre outros. Tornam-se, então, pequenos(as) produtores(as) rurais, com interesses semelhantes aos daqueles, embora tenham questões específicas a serem resolvidas.

Para chamar atenção para suas pautas os movimentos sociais do campo criam atos políticos por meio das ações coletivas, de modo que não é apenas o movimento que se envolve pelo desejo de realização da reforma agrária, mas também a sociedade civil é inserida no contexto, mesmo que de um modo passivo, por exemplo, a partir da mídia quando noticia a situação dessas famílias em processo de resistência e conquista da terra. Assim, tornam-se importantes as ações dos movimentos sociais, como a representação concreta destes atores para a realização da democratização do acesso à terra (Fabiana VICTOR, 2016), Questão evidenciada por Bernardo Fernandes (2010, p. 180):

Além das ocupações de terra, o MST tem organizado marchas, ocupações de prédios públicos, greves de fome, passeatas e manifestações em frente às agências públicas e bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Para o MST, a mobilização pela terra é uma luta popular heterogênea, construída na práxis.

Aliadas às ocupações, as manifestações da luta pela terra também adquiriram fundamental importância no processo. Fernandes (2010) traz suas contribuições a partir da análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O modo de atuação na luta pela terra se baseia, então, nessas principais frentes. A ocupação da terra concretiza a territorialização do movimento quando resulta no assentamento. As manifestações buscam agilizar o processo, seja na desapropriação da terra ocupada, seja no atendimento às demandas dos(as) assentados(as), que necessitam do apoio técnico para sua produção e reprodução.

Ocupar, Resistir, Produzir: A experiência do MST

Com base em Fernandes (2008) descrevemos que o MST tem 35 anos porque o Movimento definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões que aconteceram nos anos 1978 a 1983, o MST completou 44 anos em 2022.

Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Se a expressão camponês era estranha na época de sua fundação, hoje é comum em acampamentos e assentamentos, em reuniões e outros espaços e territórios onde o Movimento se manifesta (FERNANDES, 2008).

Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2005). É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência.

Evidente que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

De acordo com Fernandes (2008) a compreensão de reforma agrária como território o MST traz desde sua fundação. Por essa razão, o MST é um movimento camponês moderno (Ariovaldo OLIVEIRA, 2005). Uma das características dos modernos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições, como já foi muito bem argumentado pelos sociólogos que estudaram os “novos movimentos sociais”.

O MST desde sua fundação manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições. Essa relação de contrapartida nas formações dessas instituições pode ser melhor compreendida na construção de políticas para a transformação das realidades do país, cujos avanços são limitados pela correlação desproporcional de forças (FERNANDES, 2008).

Andrade (2002) salienta que o Movimento tem uma visão de totalidade da vida e da sociedade, não dividindo o social, o político e o econômico em compartimentos estanques, mas encarando-os como uma totalidade, de forma integrada. Esta visão do mundo e da vida faz com que haja maior fraternidade entre os(as) companheiros(as), dentro de cada grupo, e em escala maior, entre os vários grupos.

O MST, em seus assentamentos, dá prioridade à cultura de produtos destinados para autoconsumo e, em seguida, ao mercado interno, embora também desenvolva a cultura de produtos de exportação e estabeleça indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas. Assim, até certo ponto, ele pode competir com empresas agroindustriais na atividade produtiva.

Na comercialização, o MST dá prioridade absoluta ao sistema cooperativista, onde cada produtor(a) é um(a) cooperado(a) e, conseqüentemente, tem igual participação na mesma. Para isto, organiza um sistema de acesso ao crédito, demandando, inclusive, o crédito junto aos bancos oficiais, crédito que é fornecido com severas restrições (ANDRADE, 2002).

O MST destaca-se no cenário nacional desde o início dos anos oitenta, sendo considerado um dos atores centrais no que tange à questão agrária e ao tema da reforma agrária no país (J. LEITE, 2003).

De acordo com as informações veiculadas no portal institucional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2019), o movimento social está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos(as) trabalhadores(as) rurais e que permanecem organizadas no MST, pois o movimento compreende que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. A consolidação do MST, enquanto movimento social do campesinato, pode ser constatada ainda pelos indicadores institucionais: são 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações integradas ao movimento social.

O movimento integra diversos elementos em sua identidade, como ressalta Fabiano Coelho (2014, p. 14, grifos nossos):

[...] há muitos elementos vinculados às práticas da Comissão Pastoral da Terra na mística que inaugura o Movimento, tais como **a cruz, a bíblia, a terra prometida bem como a presença do povo, a caminhada, a união na ação coletiva**. Estes foram ressignificados e novas simbologias incorporadas à mística do MST, como **a bandeira e o hino, expressões de sua identidade**. As celebrações são realizadas utilizando-se de representações tanto da luta pela terra quanto do combate ao sistema capitalista e o agronegócio, através de formas teatrais, de músicas, poesias e diversos elementos simbólicos.

A autonomia, a identidade própria, o seu jeito de pensar a luta e a permanência na terra, a formação dos seus militantes e participantes, o entendimento da política, as estratégias de ocupação, comunicação e convencimento da opinião pública e a reforma agrária estão adensados nas práticas da mística, conforme a concepção do MST. Não é sem razão que essa dimensão das práticas culturais, em seu interior, se tornou uma via de acesso à análise e compreensão das suas transformações, das novas opções do Movimento.

Leonilde Medeiros (2000) ressalta que a constituição e expansão do MST representaram, em relação às experiências anteriores, não só inovações nas formas de luta, como também no plano organizativo e que uma das características mais marcantes do movimento é “[...] a concepção de que a demanda por terra não se esgota na obtenção de um lote, mas implica na necessidade de organizar a produção, de obter créditos para isso, de formar líderes” (p. 4). A autora sublinha ainda a forte ênfase na organização dos assentamentos, tanto no plano local, quanto no plano regional, estadual, nacional, de forma a fazer da luta por terra uma bandeira ampla, capaz de recobrir diferentes setores sociais.

Roseli Salete Caldart (2001) e Andrade (2002) evidenciam ainda que o MST tem ainda uma grande preocupação com o ensino e a difusão do conhecimento, procurando fundar escolas e dar acesso as mesmas a crianças dos assentamentos e aos analfabetos; procura preparar os(as) professores(as), a fim de que ministrem um ensino que não seja alienado. Esta orientação visa a formar cidadãos e cidadãs que tenham capacidade de assumir a identidade nacional e de melhor compreender a realidade nacional, regional e local.

Consciente da grande diversidade regional do Brasil, quer no plano educacional, quer no âmbito de hábitos e aspirações, assim como da formação da sociedade, o MST procura adaptar sua ação a cada área do País; esta ação quase sempre é combatida pelos(as) latifundiários(as) das áreas onde eles(as) tentam iniciar as suas atividades, o

que tem provocado conflitos armados em que vários dos seus líderes, como dos(as) líderes camponeses(as) em geral, têm sido assassinados(as) (ANDRADE, 2002).

A construção do discurso agroecológico no MST

Dentre as transformações percebidas na questão agrária e dos movimentos sociais camponeses no último século está a intensificação do mote agroecológico e sustentabilidade ambiental enquanto elementos centrais para a construção de um modelo produtivo que tenha como eixo central a agroecologia, com base na agricultura familiar e camponesa.

Após os anos 2000 percebemos a inclusão de “[...] pautas ambientais no repertório de lutas (preservação ambiental, agroecologia, defesa da biodiversidade, conhecimento tradicional e culturas locais) dos movimentos sociais” (Edna MIRANDA; Ana Louise FIÚZA, 2017, p. 131).

Para Ricardo Borsatto e Maristela do Carmo (2013), os movimentos sociais rurais, principalmente o MST, têm se apropriado da agroecologia como bandeira na luta pela reforma agrária, cuja atuação perpassa a dimensão produtiva e gera novos questionamentos políticos diante das transformações do espaço rural.

Em seu início, o MST preconizava um modelo de assentamento rural inspirado nas ideias de Lênin e Kautsky, isto é, altamente produtivos, especializados, integrados verticalmente e coletivizados. A partir de meado Borsatto e Maristela do Carmo (2013) da década de 1990 passa a difundir uma proposta mais preocupada com outras dimensões além da produtiva, em que as dimensões sociais, político-organizativas e ambientais ganham relevância, e na qual o(a) camponês/camponesa e seus conhecimentos são a engrenagem mestra de um processo de desenvolvimento.

Ressaltamos que além dos fatores supracitados, paralelamente a eles já era significativo no Brasil o número de pessoas que militavam pela transformação do modelo de produção agrícola vigente, denunciando suas externalidades negativas e apontando novos caminhos de base mais ecológica. Militantes do MST que se identificavam com essa visão começaram a encontrar espaços dentro do Movimento para expressar seus pontos de vista.

Desde então, o MST passou a introspectar novos referenciais, ampliando o seu discurso sobre a questão agrária e sua pauta de reivindicações o que contribuiu na abertura de espaços políticos para a emergência de um novo discurso, no qual o saber camponês e a questão ambiental ganharam relevo, emergindo como consequência um discurso em bases agroecológicas. Esse novo discurso transformou-se em diretrizes

adotadas pelo Movimento, que agora pauta suas ações tanto pela perspectiva política contra-hegemônica quanto por oferecer respostas práticas para que os(as) agricultores(as) possam garantir sua reprodução social.

As mulheres e o trabalho feminino no MST

Em um país machista como o Brasil, o MST valorizou o trabalho feminino, utilizando a ação das mulheres, fazendo com que as companheiras e filhos(as) dos(as) camponeses(as) participem ativamente da ocupação de terras. A integração da família na ação é da maior importância, uma vez que no meio rural a mulher e as crianças acompanham o homem nos trabalhos diários e muitas vezes a mulher exerce também o papel de chefe da família. Esta participação assegura uma formação política e profissional aos(às) jovens.

Os novos movimentos sociais passam a conviver com outros tipos de movimentos sociais, que têm um interesse menos utilitário e de maior reivindicação pelo direito de ser diferente, no entanto, eles não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero (TOURAINÉ, 2006).

Neste sentido, a participação das mulheres nos movimentos sociais é, também, um espaço de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes, mas não deixa de ser uma possibilidade de escapar do controle familiar e de vivenciar outros códigos.

Segundo Deere (2004) conforme Miranda e Fiúza (2017), a falta de interesse dos movimentos sociais, principalmente no período de 1989 a 1993, em permitir o acesso formal da mulher à terra, se deve, em grande parte, à própria visão que os mesmos fazem da luta das mulheres, pois entendem que a sua participação pode provocar uma divisão do movimento e abalar os interesses coletivos. Por isso, as reivindicações das mulheres seriam tratadas a partir de uma questão de classe e não de gênero.

Na pesquisa intitulada *Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*, a questão do reconhecimento da mulher “militante” surge como mecanismo central na dinâmica mobilizatória articulada pelas mulheres nos movimentos, pois implica em um complexo conjunto de relações e de jogos de poder. Se, por um lado, sob a alcunha de “doméstica”, a condição essencialmente marginalizada se restringe ao espaço doméstico e é vivenciada por ela, por outro lado, a identidade de “militante” implica em um universo de relações que encontra ressonância em todas as esferas da vida cotidiana.

Considerações finais

Ao longo de quase quatro décadas, o MST tem marcado fortemente sua posição política no tema da reforma agrária no Brasil, se constituindo como um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade e com amplo reconhecimento internacional.

Além de sua capacidade de atuação em rede, mobilizando outros movimentos sociais do campo e das cidades, inclusive na América Latina, tem conseguido ampliar seu projeto de Reforma agrária popular em defesa de uma sociedade mais igualitária, de combate a modelos de desenvolvimento rural danosos ao meio ambiente, pautados no agronegócio e na concentração fundiária.

Seu investimento nos temas da agroecologia tem sido primordial para apresentar à sociedade uma alternativa ao modelo de agricultura industrial, fomentando um debate em que se coloque no centro a luta pela segurança e soberania alimentar, pela valorização da agricultura de base familiar e em equilíbrio socioambiental.

Igualmente sua preocupação com o tema da construção da igualdade de gênero nas instâncias de participação do movimento e no cotidiano dos acampamentos e assentamentos tem permitido avanços no protagonismo de lideranças femininas em espaços decisórios do movimento, desenhando possibilidades de superação do machismo e da dominância patriarcal presente em nossa sociedade.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. O movimento dos sem-terra e sua significação. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 1, n. 2, p. 13-26, 2002.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez Paulilo (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 33-52.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos terrenos: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

COELHO, Fabiano. **A alma do MST?** a prática da mística e a luta pela terra. Dourados: Ed. UFGD, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170918060101/pdf_91.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-197.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, v. 8, n. 6, p. 59-74, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, ano 9, p. 73-85, 2008.

LEITE, Jáder Ferreira. **Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17448>>. Acesso em: 14 maio 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo**. 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/conflitos-sociais-no-meio-rural-no-brasil-contempor%C3%A2neo>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550107>>. Acesso em: 1 out. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Quem somos**. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer" O MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, [S. l.], n. 64, p. 156-173, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13398>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, 5-22, 2007.

SILVA, Sérgio. A Política e os Movimentos Sociais: o contexto dos discursos, da representação social e do conflito. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 16, n. 1, p. 147-172, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VICTOR, Fabiana Borges. Contestar para conquistar: conflitos no campo e as manifestações de luta pela terra em Minas Gerais. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (Org.). **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 155-176.